RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 28 de Novembro de 2026

Servidora e PM são alvos por golpe de R$ 1,1 milhão contra servidor da SES

Operação laço oculto

DA REDAÇÃO

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, nesta terça-feira (21), a Operação Laço Oculto para cumprir 14 medidas judiciais contra investigados por envolvimento em um esquema de extorsão que causou prejuízo superior a R$ 1,1 milhão a uma servidora pública estadual.

Ao todo, estão sendo cumpridos cinco mandados de busca e apreensão domiciliar, um mandado de busca e apreensão de veículo, cinco mandados de sequestro de bens e três ordens de bloqueio de ativos financeiros. As ordens de bloqueio, direcionadas a três investigados, podem alcançar, somadas, mais de R$ 3,3 milhões.

As diligências, realizadas pela Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf) de Cuiabá, estão sendo cumpridas em endereços de Cuiabá e Várzea Grande.

Entre os alvos da operação estão servidores públicos vinculados à Secretaria de Estado de Saúde (SES), um policial militar e pessoas relacionadas ao fluxo financeiro identificado durante a investigação.

Apesar de não ter envolvimento direto com o caso, a SES colaborou com as investigações. A Corregedoria da Polícia Militar também participa do cumprimento das ordens judiciais nesta terça-feira (21).

Conforme apurado no inquérito policial, a vítima, também servidora da SES, teria sido submetida, entre os anos de 2022 e 2025, a um contínuo processo de intimidação e manipulação psicológica por uma colega de trabalho, que teria criado uma narrativa envolvendo supostas dívidas com agiotas e ameaças contra a vítima e seus familiares, passando a exigir pagamentos sucessivos sob o argumento de que os valores seriam destinados à quitação dessas obrigações.

Mantida em permanente estado de medo, a vítima realizou empréstimos, saques em cartões de crédito, resgate de recursos da previdência privada e utilizou recursos destinados à construção de sua residência. Também foi convencida a financiar, em seu próprio nome, uma caminhonete que seria utilizada por pessoa ligada à principal suspeita.

O esquema só foi interrompido quando o marido da vítima percebeu seu abalo emocional, descobriu o que estava acontecendo e impediu a continuidade do contato com a investigada, denunciando o caso à polícia.

Como funcionava o esquema

A colega de trabalho convenceu a vítima de que ambas estavam sendo ameaçadas por agiotas por causa de uma suposta dívida envolvendo outro servidor público.

A investigada dizia que os criminosos sabiam quem elas eram e poderiam atacar seus familiares caso os pagamentos não fossem realizados. Ao mesmo tempo, apresentava-se como vítima e afirmava que poderia negociar a dívida e protegê-la.

Com medo, a vítima passou a transferir dinheiro para a própria colega. As cobranças continuaram entre 2022 e 2025, sempre acompanhadas de novas ameaças e da alegação de que a dívida e os juros estavam aumentando.

Para realizar os pagamentos, a vítima contraiu empréstimos, sacou valores de cartões de crédito e utilizou economias pessoais e recursos reservados para os filhos e para a construção de sua casa. Ela também foi convencida a financiar uma caminhonete para o marido da investigada, permanecendo responsável pela dívida.

Investigação

A investigação demonstrou que a vítima transferiu R$ 1.132.680 diretamente para a conta da colega de trabalho. O valor foi confirmado mediante afastamento judicial do sigilo bancário e análise financeira realizada pelos analistas da Polícia Civil.

O rastreamento financeiro apontou que parte dos recursos recebidos foi posteriormente transferida para outras pessoas vinculadas ao núcleo investigado. Também foram identificadas movimentações bancárias incompatíveis com os rendimentos formais dos envolvidos, utilização de contas com elevada rotatividade, milhares de saques em espécie e possível utilização de pessoas "laranjas" para circulação e ocultação

patrimonial.

Todas as medidas foram deferidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz das Garantias – Polo Cuiabá, após manifestação favorável do Ministério Público. A decisão autorizou, ainda, a apreensão de veículos e outros bens possivelmente relacionados ao proveito do crime, bem como a extração e análise dos dados armazenados nos dispositivos eletrônicos apreendidos.

O nome da operação, Laço Oculto, faz referência ao vínculo de medo e dependência psicológica criado para manter a vítima submetida às exigências financeiras, enquanto o dinheiro era transferido e dispersado entre pessoas relacionadas ao esquema.

A Operação Laço Oculto tem como principais objetivos localizar e recuperar os valores retirados da vítima por meio da extorsão, além de apreender documentos, aparelhos eletrônicos e outros elementos que possam esclarecer a participação de cada investigado e subsidiar a investigação de eventuais crimes de agiotagem e lavagem de dinheiro.